



PROGRAMA MARCO INTERUNIVERSITÁRIO PARA A EQUIDADE E A COESÃO SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA-UNISUL

**Maria Da Graça Nóbrega Bollmann
Eddy Ervin Eltermann
Estefânia Tumenas Mello
Ricardo Teixeira Canarin**

RESUMO

O presente estudo integra o Projeto *Programa Marco Interuniversitário para a Equidade e a Coesão Social nas Instituições de Ensino Superior*, financiado pela União Européia (UE). Forma-se a concepção do sentido da universalidade a partir da particularidade (singularidade), e, nesse sentido, por meio da análise qualitativa dos documentos (relatórios anuais) elaborados pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), pretendemos examinar os pressupostos teórico-práticos da política de equidade e coesão social na educação superior concebidos nessa instituição. A compreensão do processo aqui desenvolvido é também resultado do contexto histórico da educação superior em Santa Catarina, mostrando apontamentos para a realidade atual. Os resultados preliminares apresentam um investimento institucional, por meio de diversos tipos de bolsas, que visam ampliar o acesso e a permanência das camadas menos favorecidas no ensino universitário.

Palavras-chave: Marco interuniversitário; política de equidade e coesão social; educação superior; Unisul.

Introdução

O *Programa Marco Interuniversitário para a Equidade e a Coesão Social nas Instituições de Ensino Superior* objetiva estimular o desenvolvimento de políticas que favoreçam a transformação estrutural das instituições através de modelos de intervenção que permitam melhorar a pertinência das funções universitárias no sentido de um desenvolvimento social equilibrado, potencializando a equidade e a coesão social. Sob a coordenação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, as equipes participantes de mais de 30 universidades de 21 países, pretendem trazer à luz a realidade da inserção na educação superior em quatro áreas geográficas, a saber, nas próprias instituições; no país; na região continental onde estão localizados na América do Sul, América Central e Europa, bem como do resultado no espaço Iberoamericano. Tem, como recorte, a discussão voltada a questões de gênero nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Assim, a descrição da situação da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) consiste na primeira etapa deste projeto, no qual apresentamos a análise parcial de dados sobre esta IES, discutindo seu papel nos cenários brasileiro e catarinense. Para compreender a atuação desta instituição, buscamos contextualizá-la no âmbito da educação superior no Brasil e na concepção de universidade voltada para a produção do conhecimento.

Universidade do século XXI: Da produção do conhecimento ao pragmatismo

A universalidade, como princípio científico, deve estar centrada na observância da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, e na autonomia universitária materializando-se, assim, as finalidades da instituição universidade (MAGALHÃES, 2010). A universidade, *ethos* da produção do conhecimento, pode, no entanto, contraditoriamente, adquirir características de um modelo dual, universidade de ensino ou universidade de pesquisa. A primeira expressa uma identidade sustentada no mercado (organização social), e a segunda visa ao compromisso social e à produção do conhecimento.

Nessa perspectiva, Mészáros (2005, p.25), ao referir-se à “[...] incorrigível lógica do capital e seu impacto sobre a educação” sustenta que:

“[...] poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Consequentemente uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança.” (MÉSZÁROS, 2005, p. 25)

Sob a hegemonia neoliberal, a análise da educação superior no Brasil assume um nível de complexidade cada vez maior, à medida que a ampliação da diversidade de instituições de ensino superior (IES) as afasta da tradição científica que caracteriza a universidade. A diversificação desse nível de ensino contribui para um propósito de ajuste no modo como a sociedade está constituída, favorecendo, cada vez mais, as novas formas de organização do capital (GENTILI, 2008; SGUISSARDI, 2009). A ampliação em diferentes tipos de IES em um cenário de privatização da educação superior veio cumprir o papel de facilitador da expansão da gestão privada sobre a gestão pública nesse nível de ensino.

A expressão maior da mudança nesse processo foi arquitetada por um conjunto de medidas legais nos anos 1990, entre as quais a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)¹, que, segundo Mancebo (2010), no capítulo “Educação Superior”, artigos 43 a 57, aponta para a diferenciação e flexibilização da oferta de ensino, definindo sua organização em: Universidades, Centros Universitários e Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos ou Escolas Superiores².

¹ BRASIL. Constituição (1988). **Lei nº 9.394**, de 20/12/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/QUADRO/1996.htm>.

² A organização da educação superior, conforme decreto Decreto 5.773 de 09/05/06, modificou o artigo 44 da **Lei nº 9.394**, de 20/12/96, ao destacar no credenciamento a reorganização das IES em: Faculdades, Centros Universitários e Universidades.

O resultado desse processo de diversificação no Brasil está materializado na Sinopse do Ensino Superior do Ministério da Educação (MEC) de 2009, mostrando que o número de *Faculdades* representam 84,96% do total de IES no Brasil. Neste sentido, um percentual elevado de estudantes desse nível de ensino está inserido num modelo de IES que, em geral, não atende ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sobre a qual se sustenta a produção do conhecimento. Também não atende ao princípio da igualdade de direitos que permite a criação desmedida de IES privadas, o que concorre para a desresponsabilização do investimento público, elitizando cada vez mais o acesso à universidade, caracterizada pela pouca inclusão de brasileiros e brasileiras (SANTOS, 2010). Entendemos que há um grave problema no Brasil que não se constitui apenas na exclusão dos jovens no direito ao acesso ao ensino superior e a permanência nele, mas agrava-se porque as vagas nesse nível de ensino ainda são limitadas, sobretudo as de acesso à universidade, como apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Evolução do número de IES por organização acadêmica – Brasil – 2005-2009

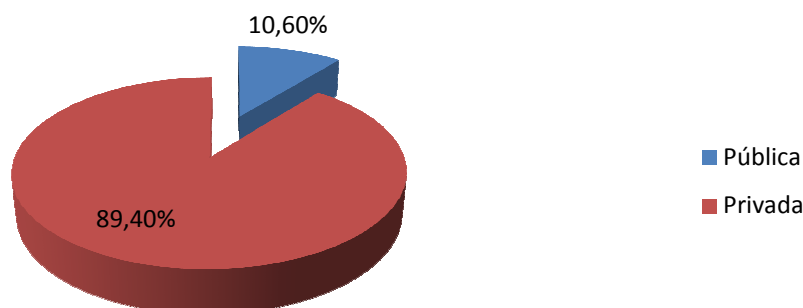
Ano	Total	Universidades	%	Centros Universitários	%	Faculdades	%	Institutos Federais e CEFET's	%
2005	2.165	176	8,1	114	5,3	1.842	85,1	33	1,5
2006	2.270	178	7,8	119	5,2	1.940	85,5	33	1,5
2007	2.281	183	8,0	120	5,3	1.945	85,3	33	1,4
2008	2.252	183	8,1	124	5,5	1.911	84,9	34	1,5
2009	2.314	186	8,0	127	5,5	1.966	85,0	35	1,5

Fonte: Censo da Educação Superior/ DEED/ MEC/ INEP/2009

As mudanças que ocorreram na composição das IES no Brasil, agravada nos anos 1990, levaram os estudantes ao distanciamento da pesquisa e extensão. Tal crescimento praticamente estagnou a partir de 2005, mas, do ponto de vista da formação, o desajuste já estava concebido. Tão preocupante quanto esta composição das IES é o reduzido número de estudantes entre 18 e 24 anos, que no Brasil somam 5.954.021, que cursavam esse nível de ensino em 2009 (INEP, 2009). É evidente a discrepância do número de estudantes nos diferentes tipos de IES. Para termos um exemplo, basta observar que o percentual de universidades se manteve em torno de 8% entre 2005 e 2009. Por outro lado, o percentual de faculdades, apesar de se manter em torno de 85% do total de IES, já contava, desde 2005, com um número enorme em relação ao número de universidades, ou seja, havia dez vezes mais faculdades do que universidades.

Gráfico 2: Comparação da IES por dependência administrativa

Comparação das IES por dependência administrativa



Fonte: Censo da Educação Superior/ DEED/ MEC/ INEP-2009

O processo de expansão privada pode ser visualizado no Gráfico 2. O número de IES privadas é de 2.069, o que corresponde a 89,40%, e o número de IES públicas é de 245 (94 Federais, 84 Estaduais e 67 Municipais), o que corresponde a 10,60%.

Tal processo de expansão expressa uma concepção de IES voltada predominantemente para o mercado de trabalho (ensino). A formação docente está concentrada nos cursos de Especialização (38%) e Mestrado (41%), enquanto que, a universidade apresenta uma concepção mais voltada para a pesquisa, exigindo que pelo menos 1/3 do corpo docente tenha formação em nível de doutorado. Numa análise mais apurada, percebemos, ainda, que o perfil dos docentes caracteriza-se por *professores de tempo integral* nas públicas, e *professores horistas* nas privadas. Observamos que, em ambas, a maioria dos docentes é do gênero masculino e a maioria dos discentes concentra-se no gênero feminino.

Para a apresentação dos dados referentes à Unisul, faz-se necessário situá-la no âmbito da história do ensino superior³ no Estado de Santa Catarina. Tal história inicia-se com a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)⁴, em 1960, caracterizando-se como marco da criação do ensino superior no Estado.

³ A expressão *educação superior* substituiu *ensino superior* a partir da **Lei nº 9.394**, de 20/12/96.

⁴ Sequência histórica de criação das faculdades anteriores à criação da UFSC: Faculdade de Direito de Santa Catarina, fundada em 1932 e federalizada pela Lei n.º 3.038, de 19 de dezembro de 1956; Faculdade de Ciências Econômicas de Santa Catarina, fundada em 1943 e reconhecida pelo Decreto n.º 37.994, de 28 de setembro de 1955; Faculdade de Farmácia de Santa Catarina, desdobrada, em 1960, da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina, esta criada em 1946 e reconhecida pelo Decreto n.º 30.234, de 4 de dezembro de 1951; Faculdade de Odontologia de Santa Catarina, também desdobrada da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina; Faculdade Catarinense de Filosofia, criada em 1951 e reconhecida pelos Decretos n.º 46.266, de 26 de junho de 1959 e Decreto n.º 47.672, de 19 de janeiro de 1960; Faculdade de Serviço Social, da Fundação Vidal Ramos, na qualidade de agregada, autorizada pelo Decreto n.º 45.063, de 19 de dezembro de 1958. Faculdade de Medicina de Santa Catarina, autorizada pelo Decreto n.º 47.531, de 29 de dezembro de 1959; Escola de Engenharia Industrial, nas modalidades de Química, Mecânica e Metalurgia, autorizadas pela própria lei que criou a Universidade. (Universidade Federal de Santa Catarina, 2011)

A partir de 1971, em pleno período da ditadura militar, com o Plano de Metas do Governo Estadual (PLAMEG), o ensino superior se consolidou. Em 1974, para o fortalecimento das instituições de pequeno porte, foi criada a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), cujo papel possibilitou o status de universidade às IES, nos anos 1980.

Para melhor compreensão da composição do objeto de estudo, apresentamos, a seguir, através de um breve histórico, a contextualização das universidades do sistema ACADE, importante marco da expansão da educação superior no Estado de Santa Catarina.

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC (1963)

Em 1963, a Faculdade de Educação, criada pela Lei 3.191- Art. 176, de 08 de maio de 1963, deu origem ao que mais tarde viria a constituir a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC)⁵, em 1965. A entidade mantenedora da UDESC era a Fundação Educacional de Santa Catarina (FESC), transformando-se, em 1º de outubro de 1990, em Fundação Universidade de Santa Catarina, mantendo a mesma sigla: UDESC. (Universidade do Estado de Santa Catarina, 2011)

Universidade Regional de Blumenau - FURB (1964)

Em 5 de março de 1964, a Lei Municipal Nº 1.233 criou a Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau, primeira Faculdade do interior do Estado. Em 20 de dezembro de 1967, através da Lei Municipal Nº 1458, instituiu-se a FUB - Fundação Universitária de Blumenau. Em 22 de julho de 1974, através da Lei Nº 2.016, altera-se a denominação da Fundação Universidade Regional de Blumenau, para Fundação Educacional da Região de Blumenau. A Lei Nº 2.016, no seu Art. 3º, prevê que, após o reconhecimento como Universidade, restabelecer-se-ão plenamente os dispositivos da Lei Nº 1.557, que a denominava Universidade. Finalmente, em 13 de fevereiro de 1986, pela Portaria Ministerial Nº 117, o Ensino Superior mantido pela FURB é reconhecido e credenciado pelo Ministério da Educação como Universidade, passando, novamente, a Mantenedora a denominar-se: Fundação Universidade Regional de Blumenau, conhecida como FURB, conforme previa a Lei Nº 2.016 de 22/07/1974, em seu Art. 3º. (Universidade Regional de Blumenau, 2011).

Universidade do Vale do Itajaí – Univali (1964)

A Universidade do Vale do Itajaí se estabeleceu com esta caracterização a partir de 21 de março de 1989. Resultou do movimento histórico firmado em 16 de setembro de 1964, quando foi criada a Sociedade Itajaiense de Ensino Superior, estabelecendo a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

⁵ A UDESC foi criada juridicamente como Fundação Educacional e passou a integrar a ACADE em 1974. Somente após, adquiriu o status de universidade pública e gratuita (e assim se mantém até hoje).

Outros momentos históricos relevantes se sucederam. No dia 22 de setembro, a Sociedade deixa de ser iniciativa privada para tornar-se, via Lei Municipal, uma instituição pública; Em 25 de outubro de 1968, é publicada a Lei Municipal 892, que cria a Autarquia Municipal de Educação e Cultura de Itajaí; Em 1970, a Autarquia é transformada em Fundação de Ensino do Pólo Geoeeducacional do Vale do Itajaí (Fepevi); Em 1986, as Faculdades Isoladas de Ciências Jurídicas e Sociais, de Filosofia, Ciências e Letras, e de Enfermagem e Obstetrícia são transformadas em Faculdades Integradas do Litoral Catarinense (Filcat); Em outubro do mesmo ano, a Fepevi, pela Lei Municipal nº 2515, é transformada em Fundação Universidade do Vale do Itajaí – entidade mantenedora da Univali. Fonte: site da Univali. (Universidade do Vale do Itajaí, 2011).

Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul (1964)

A Universidade do Sul de Santa Catarina iniciou suas atividades em 1964, em Tubarão, com a Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de Santa Catarina, através da Lei Municipal n. 353, de 25 de novembro de 1964, com vínculo ao Instituto Municipal de Ensino (IMES), e a partir de 10 de dezembro do mesmo ano, pela Lei n. 355. Em 1967, foi aprovada a Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (FESSC), com estatutos aprovados pelo Decreto n. 106/67, de 7 de dezembro do ano citado. A Unisul foi reconhecida como universidade através da Portaria Ministerial MEC n. 028, de 27 de janeiro de 1989.⁶

Universidade da Região de Joinville – Univille (1965)

Em 1965, era criada a Faculdade de Ciências Econômicas de Joinville, dando origem, dois anos depois, à Fundação Joinvilense de Ensino - FUNDAJE, pela Lei Municipal nº 871/1967. Em 1971, a denominação FUNDAJE foi alterada para Fundação Universitária do Norte Catarinense – FUNC. As unidades da FUNC passam a constituir a Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, legalizada pela Lei Municipal nº 1423/1975. Em 14 de agosto de 1996, é assinado o Decreto Presidencial de Credenciamento da Universidade da Região de Joinville - Univille, e publicado no Diário Oficial da União. Em 2001, o Conselho Estadual de Educação renova o credenciamento da Universidade por meio do Decreto nº 2.658/2001. (Universidade da Região de Joinville, 2011).

Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac (1965)

Em novembro de 1965, pela Lei Municipal n.º 255, é criada a Fundação Educacional de Lages (FEL). Em 1966, ocorre a implantação dos Cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis, Administrativas, Jurídicas e Sociais de Lages (FACEC). Em 1970, ocorre a criação da Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages (FACIP), com os cursos de Pedagogia, Letras e Ciências Sociais. A Uniplac lança o Projeto da Universidade e, em 12 de dezembro de 1996, instala-se a Comissão Especial de Acompanhamento. Na Lei

⁶ A Unisul, por se tratar do objeto de estudo deste trabalho, terá a centralidade da discussão adiante. Contudo, a escolha pelo posicionamento neste ponto se dá pelo respeito a ordem cronológica dos fatos (composição da educação superior) no Estado de Santa Catarina.

Complementar Municipal nº 092/98, é consolidada a legislação municipal que instituiu a Fundação UNIPLAC. Também são elaborados os novos Estatutos e o Regimento Geral. Em 15 de junho de 1999, através da Resolução 31/99, o Conselho Estadual de Educação reconhece a Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac). Em 27 de julho de 1999, a Universidade do Planalto Catarinense é oficialmente instalada, passando, assim, a usar de todas as prerrogativas inerentes ao status universitário. (Universidade do Planalto Catarinense, 2011).

Universidade do Alto Vale do Itajaí – Unidavi (1966)

Em 7 de julho de 1966, foi publicado o Decreto-Lei nº 43/66, de 1º de agosto de 1966, criando o Estatuto da Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí (FEDAVI), iniciando suas atividades com a Faculdade de Administração de Empresas. Em 7 de julho de 2001, autorizada pelo Conselho Estadual, transforma-se em Universidade do Alto Vale do Itajaí (Unidavi). (Universidade do Alto Vale do Itajaí, 2011).

Universidade do Extremo-Sul Catarinense – Unesc (1968)

A Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina iniciou como Fucri, e foi criada pela lei n. 697, de 22 de junho de 1968, com cursos voltados para o Magistério e para a demanda empresarial. A Fucri sofreu alteração estatutária em 1973 e em 1988, sendo reconhecida de utilidade pública pelo Decreto Federal n. 72454/73, pelo Decreto Estadual n. 4336/69 e pelo Decreto Municipal n. 723/69. A Fucri iniciou suas atividades nas dependências do Colégio Madre Tereza Michel, com o curso pré-vestibular. Em 1971, passou a funcionar na Escola Técnica General Oswaldo Pinto da Veiga (SATC) e, em junho de 1974, mudou para o atual Campus Universitário, localizado no Bairro Universitário, em Criciúma. A Fucri mantinha quatro Unidades de Ensino: A Faciecri, a Esede, a Estec e a Escca, as quais, ao integrarem-se formaram a Unifacri - União das Faculdades de Criciúma. Em 24/9/1991, o Conselho Estadual de Educação, pelo parecer 256/91, aprovou o regimento unificado da Unifacri. O processo de transformação da Unifacri em Unesc foi encaminhado ao Conselho Federal de Educação em 1991, e aprovado em agosto de 1992, pelo parecer 435/92 do CFE. Em 1993, face à transferência para o Conselho Estadual de Educação da competência de criação de universidades, o projeto da Unesc foi encaminhado ao CEE, que, em fevereiro de 1993, constituiu a Comissão de Acompanhamento. Em 3 de junho de 1997, o Conselho Estadual da Educação aprova por unanimidade o parecer do Conselheiro Relator e, em sessão plenária, em 17 de junho de 1997, também por unanimidade, aprova definitivamente a transformação em Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), sendo homologada no dia 11 de agosto do mesmo ano. (Universidade do Extremo-Sul Catarinense, 2011).

Universidade do Contestado – UNC (1970)

Por lei municipal de 1970, na cidade de Canoinhas, surgiu a Fundação das Escolas do Planalto Norte Catarinense (Funploc). Mais tarde, uniu-se à Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe (FEARPE), em Caçador, à Fundação Educacional do Alto Uruguai Catarinense (FEAUC), em Concórdia, à Fundação do Planalto Central Catarinense (FEPLAC), em Curitiba e à Fundação Educacional do

Norte Catarinense (FUNORTE), em Mafra. Em 28 de março de 1990 foi constituída a Federação das Fundações Educacionais do Contestado – FENIC, como instituição de caráter regional e comunitário, de fins públicos, filantrópicos e científico-culturais, com personalidade jurídica de direito privado, regida por estatuto registrado no Cartório de Registro Civil de Títulos e Documentos da Comarca de Caçador, no Livro A-03, sob o nº 217, as fls. 30 e 30v., em 7 de agosto de 1990. A entidade foi declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei 400, de 13 de dezembro de 1990, e pela Lei nº 8.237, de 10 abril de 1991, foi declarada de Utilidade Pública Estadual. O Conselho Federal de Educação - CFE, pelo Parecer nº 41/91, de 30 de janeiro de 1991, acolheu a Carta-Consulta, com vistas à criação, pela via da autorização, da Universidade do Contestado (UnC). A UnC, em 3 de setembro de 1991, deu entrada no Projeto de Universidade do Contestado, no Protocolo do CFE, sob o nº 23001.000992 90-1. Foi reconhecida em 21 de outubro de 1997 (Parecer 42/97-CEE), e instalada oficialmente pelo Governo do Estado, em 3 de dezembro de 1997 (Parecer 246/97-CEE). A UnC é uma Instituição multicampi, com Campi Universitários em Canoinhas, Concórdia, Curitiba e Mafra e com Núcleos Universitários em Porto União e Rio Negrinho. (Universidade do Contestado, 2011).

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc (1970)

A Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (Funoesc) é uma instituição criada pelo poder público municipal de Joaçaba, com a participação da comunidade local e regional, de direito privado, de assistência social, reconhecida de utilidade pública municipal (Lei 1.400, de 14 de maio de 1982), estadual (Lei 4.535, de 15 de outubro de 1970) e federal (Decreto 87.741, de 25 de outubro de 1982), com autorização de entidade filantrópica concedida pelo processo CNAS sob o nº 212.927/82 e renovações nos termos legais. A Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) foi reconhecida como universidade pelo Conselho Estadual de Educação em 1995, por meio do Parecer nº. 263, sendo credenciada pelo Ministério da Educação, mediante Decreto do Presidente da República, no dia 14 de agosto de 1996. Surgiu da unificação de três Fundações Educacionais existentes na região: a Fundação Universitária do Oeste Catarinense (Fuoc), a Fundação Educacional e Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe (Femarp) e a Fundação de Ensino para o Desenvolvimento do Oeste (Fundeste). Mais tarde, outras duas Fundações se integraram à Unoesc: a Fundação Educacional do Extremo-Oeste de Santa Catarina (Funesc) e a Fundação Educacional dos Municípios do Alto Irani (FEMAI). Tais Fundações localizavam-se nas cidades-polo de Joaçaba, Videira, Chapecó, São Miguel do Oeste e Xanxerê, respectivamente. Essas instituições, principalmente no ensino de graduação, desenvolvem, esporadicamente, a pesquisa e a pós-graduação. (Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2011).

Universidade Comunitária Regional de Chapecó – Unochapecó (1971)

A Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste) foi instituída em 6 de dezembro de 1971 pela Lei Municipal nº 141, na cidade de Chapecó. Até 1990, a Fundeste atuou nas atividades do ensino superior, quando, então, se uniu às fundações universitárias de Joaçaba e de Videira para constituir a Universidade do Oeste, que assumiu a condução das ações em Chapecó através de um campus. Mesmo

com suas atividades acadêmicas desativadas, a fundação permaneceu com personalidade jurídica, o patrimônio do campus e os cursos, e foi co-mantenedora da Fundação Unoesc até 2001. Diante da aspiração de constituição de uma universidade em Chapecó, no segundo semestre de 2000 começaram os encaminhamentos para sua reativação. Em março de 2001, a Fundeste foi reativada operacionalmente e, em 27 de agosto de 2002, assumiu integralmente as atividades do Campus Chapecó, que se transformou na UnoChapecó. (Universidade Comunitária de Chapecó, 2011).

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp (1971)

A Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (FUNIARP) foi constituída pelo Decreto nº 2.931, de 21 de dezembro de 2009, após Assembléia Geral que promoveu a alteração estatutária da Fundação Universidade do Contestado - Campus Universitário de Caçador. Esta, por sua vez, havia se originado da Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe (FEARPE) em 1971. (Universidade do Vale do Rio do Peixe, 2011).

Demais IES que compõem o sistema ACAFE

Além das universidades, o sistema ACAFE conta com as seguintes IES: Centro Universitário de Jaraguá do Sul – UNERJ (1973); Centro Universitário de Brusque – Unifebe (1973); Centro Universitário Barriga Verde – Unibave (1974); Centro Universitário de São José – USJ (2004); Associação Educacional Luterana Bom Jesus - Ielusc (1996).

O sistema ACAFE é composto por 12 universidades⁷, quatro centros universitários e uma associação educacional (vide Figura 1). As IES integrantes desta entidade caracterizam-se pelo ensino noturno, pela cobrança de mensalidades, pelo elevado número de professores horistas, pelo reduzido número de doutores, e por constituírem-se instituições multi campi.

A distribuição destes campi concebe a indicação da interiorização da educação superior no estado de Santa Catarina, ainda que, em determinados momentos, alguns projetos compactuem com a racionalidade social do capitalismo ou a ele se contrapõem, como destacado por Leher (2010, p. 34) “num processo repressivo contra a intelectualidade crítica”.

Equidade e coesão social na educação superior: indicações a partir da Universidade do Sul de Santa Catarina

A Unisul é mantida pela Fundação do Sul de Santa Catarina, cuja natureza jurídica é pública de direito privado e fins filantrópicos com o status de universidade comunitária. Assim como as demais IES da Acafe, também se caracteriza como multicampi, tendo sua sede na cidade de Tubarão, SC. A Unisul tem, ainda, outros três campi, localizados em Araranguá (inaugurado em 1992), Palhoça (inaugurado em 1996) e Florianópolis (inaugurado em 2002).

⁷ A apresentação compondo o número de 12 universidades é demarcada pela entrada da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a qual, também integra o sistema Acafe.

Além do ensino presencial, a Unisul atua fortemente no ensino a distância. As características da universidade são delineadas por sua missão, visão e valores. De acordo com seus objetivos, oferece à comunidade universitária a liberdade de ensino, de pesquisa e de extensão, proporcionando a multiplicidade a todas as correntes de conhecimento. Os cursos oferecidos, no âmbito do ensino superior, são: graduação, pós-graduação *lato sensu* (Especialização) e *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado).

O desenvolvimento de ações voltadas à pesquisa se intensificou na produção científica nos últimos anos, seguindo o modelo brasileiro que evoluiu significativamente entre os períodos 1997-2001 e 2005-2009, com um avanço de 19% em relação à correspondente média mundial. Já no período 1998-2002 e 2003-2007 houve um aumento de 8,2% em relação ao impacto relativo das publicações. Nesta perspectiva, a Unisul investiu um total de R\$ 3.208.333,29, em 2010, objetivando o fomento da pesquisa como ferramenta de ampliação de sua caracterização universitária.

Quanto à concepção de pesquisa na Instituição, as iniciativas geradas têm o intuito de possibilitar a materialização dos objetivos e a criação de ambientes propícios ao exercício da liberdade, da diversidade, da ética e da solidariedade. Visam, também, consolidar a missão estratégica dessa IES em contribuir para a solidificação do Brasil como uma nação soberana (BOLLMANN; CARVALHO, 2009). Para proporcionar um suporte mais direto ao desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão, a Unisul criou uma estrutura acadêmico-administrativa vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. A preocupação da Unisul com a pesquisa vem crescendo e diferentes mecanismos foram criados. Em 2010, foi aprovado o novo Regulamento da Pesquisa da Unisul, no sentido de ampliar e formar uma cultura de pesquisa, organizando essa atividade ímpar da Universidade. A consolidação de programas como PUIP e PUIC, entre outros, já se constitui em realidade: “disseminar e consolidar a cultura da pesquisa no processo ensino-aprendizagem, por entender que o aluno só será capaz de produzir conhecimento e fugir à função de receptor de informações e aprender a pesquisar, desenvolvendo habilidades na investigação, estabelecendo uma relação direta com as fontes de informações” (Unisul, 2004, p. 06). A valorização da pesquisa encontra no Programa Unisul de Incentivo à Pesquisa (PUIP - Resolução nº 24/03), o objetivo de consolidar a prática da pesquisa, apoiando pesquisadores com titulação de Mestre ou Doutor, com alocação de atividades na graduação. As atuais orientações sobre a pesquisa expressam em seu conteúdo que a pesquisa científica se consolide “[...] como essencial à universidade e parte integrante indissociável do processo de ensino e aprendizagem; Promova áreas de pesquisa avançada reconhecida pela comunidade científica nacional”. (Unisul, 2010, p.05)

Ao longo do processo de consolidação da Universidade, especificamente da busca por sua inserção na produção de pesquisa e de conhecimentos fundamentais nas áreas em que atua, foi estimulada a criação de grupos de pesquisa, os quais ganharam expressão a partir da implementação e da ampliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Hoje, a Unisul possui 63 grupos de pesquisa vinculados ao CNPq. Atualmente, Unisul oferece os cursos de Mestrado em Educação, Ciências da Linguagem, Administração, e Ciências da Saúde, bem como o Doutorado em Ciências da Linguagem.

A Unisul se organiza pelo planejamento estratégico, mecanismo que utiliza ciclos de cinco anos, vigorando atualmente o Plano de Gestão 2009 – 2013. Tais planos se fundamentam no processo histórico-institucional, na missão, visão e valores, no

Projeto Pedagógico Institucional, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos Projetos Estratégicos realizados.

O processo de implantação das Unidades de Articulação Acadêmica (UNAs) impulsiona a instituição a apresentar projetos específicos que se dividem em quatro áreas: Ciências da Produção, Construção e Agroindústria; Ciências da Educação, Humanidades e Artes; Ciências Sociais, Direito, Negócios e Serviços; Ciências da Saúde e Bem-Estar Social.

A Unisul atualmente conta com 27.309 alunos de graduação em toda sua estrutura multicampi⁸. Os alunos estão distribuídos em quatro grandes polos: Tubarão com 7.318 alunos, Araranguá com 1.700 alunos, Grande Florianópolis⁹ com 6.928 e Unisul Virtual com 11.363 alunos (dados de 2010). Os números indicam um significativo aumento quantitativo nos cursos de graduação da Unisul.

Tabela 2: Alunos matriculados por campus, no período de 2000-2010

ANO	CAMPUS				
	TUBARÃO	GRANDE FLORIANÓPOLIS	ARARANGUÁ	VIRTUAL	TOTAL
2000	7.544	5.485	2.293	--	15.322
2001	8.381	6.268	2.584	--	17.233
2002	8.487	7.345	2.492	--	18.324
2003	8.441	7.473	2.390	--	18.304
2004	8.690	6.816	2.486	331	18.323
2005					22.666*
2006					24.445*
2007					26.061*
2008	7.918	7.144	2.135	8.017	25.214
2009	7.752	7.128	1.882	10.464	27.226
2010	7.318	6.928	1.700	11.363	27.309

*2005 não possui números por campus. Fonte: Gerência de Administração Acadêmica (GAA)

*2006 não possui número de alunos da graduação por campus. Fonte: Relatório anual de atividades da Unisul - 2006.

*2007 não possui números por campus. Fonte: PROAT

Fonte: Fundação Unisul/SecEx. Relatório Anual de Atividades, Unisul 2000-2010.

Relatórios anteriores demonstram um crescimento gradativo das matrículas na graduação. Em 2000, registrava-se o número de 15.322 acadêmicos, passando para 17.233 em 2001, 18.323 em 2004, até chegar ao seu ápice em 2010, com 27.309 acadêmicos matriculados. Em 2003, iniciam as atividades da Unisul Virtual, atendendo a aproximadamente 311 alunos. Atualmente, grande parcela dos seus alunos de graduação provém desse campus, que somou um total de 11.363 matrículas em 2010.

Tabela 3: Números de benefícios acadêmicos de 2000-2010

Ano	2008/1	2008/2	2009/1	2009/2	2010/1	2010/2
Modalidade do benefício	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos

⁸ Fontes: Fundação Unisul/SecEx. Relatório Anual de Atividades, UNISUL 2000-2010.

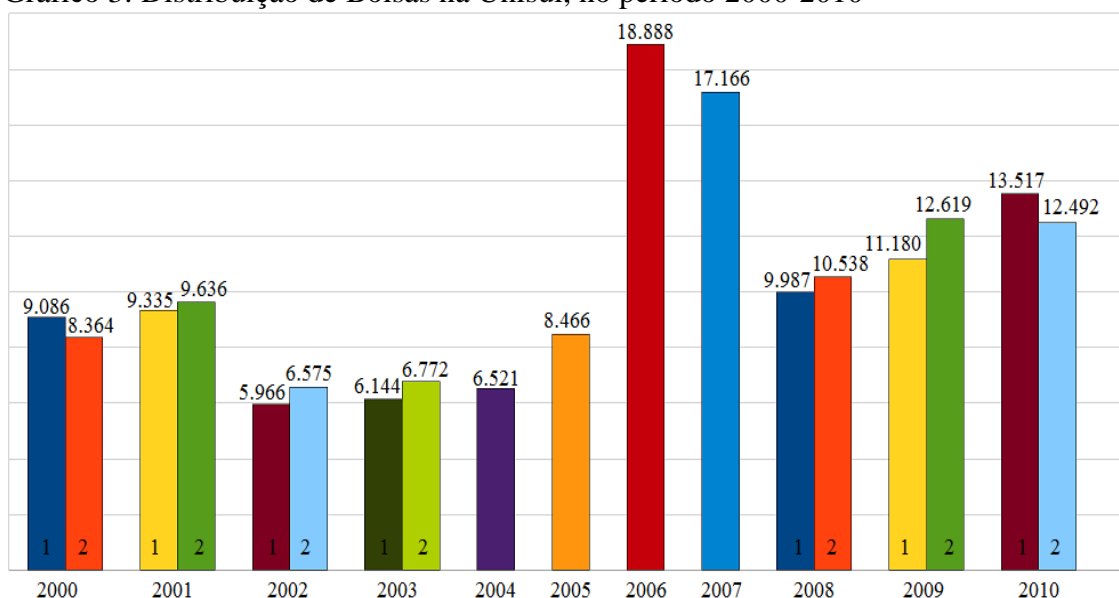
⁹ A Grande Florianópolis abrange, no caso dos campi da Unisul, os municípios de Palhoça e Florianópolis.

<i>Acordo</i>	382	607	461	436	381	733
<i>Benefício</i>	1618	1264	1119	1549	1729	1561
<i>Bolsa</i>	2104	2055	1898	1907	1989	2011
<i>Convênio</i>	105	1419	2075	2181	2496	2578
<i>CredUnisul</i>	102	80	38	35	26	22
<i>Descontos</i>	2707	1975	1909	1949	1115	1027
<i>Financiamento</i>	474	429	395	354	426	467
<i>Monitoria</i>	111	--	--	--	--	--
<i>Passaporte</i>	1582	1669	1703	1772	2846	1555
<i>Profac</i>	1	--	--	--	--	--
<i>Prouni</i>	801	1040	1582	2436	2509	2538
TOTAIS	9.987	10.538	11.180	12.619	13.517	12.492

Fonte: Fundação Unisul/SecEx. Relatório Anual de Atividades, Unisul 2000-2010.

A Unisul, bem como alguns organismos, fundações e governos estadual e federal, utilizam iniciativas que geram benefícios incentivadores ao ingresso na academia e permanência nela, sob forma de descontos, bolsas, monitoria, convênios, financiamento ou facilidades de pagamento. Entre esses benefícios, podemos citar as bolsas de estudo que a Unisul oferece: Prouni, Bolsa estudo e pesquisa do artigo 170 (Constituição Estadual), Bolsa do artigo 171 (Constituição Estadual), Bolsa em projetos de pesquisa (PUIC, PIBIC, PMUC) e Bolsa em projetos de extensão. Em 2010, mais de 17.000 alunos foram beneficiados pela programa de bolsas e incentivo à graduação. O número de benefícios não acompanha o de crescimento das matrículas da instituição na mesma proporção, pois, no segundo semestre de 2001, contabilizavam-se 9.335 alunos com algum tipo de benefício. Entretanto, no segundo semestre de 2010, foram mais de 12.000 beneficiados.

Gráfico 3: Distribuição de Bolsas na Unisul, no período 2000-2010



Fonte: Fundação Unisul/SecEx. Relatório Anual de Atividades, Unisul 2000-2010.

O histórico, elaborado a partir de 2000, pode ser mais bem observado com a composição do gráfico. Destaca-se que, nos anos 2005, 2006 e 2007, não foram disponibilizados valores por semestre, mas sim, por ano. A composição que sugere a ampliação no número de benefícios também tem relação com o aumento de benefícios no sistema federal, que apoiou jovens pesquisadores de regiões de menor massa crítica, expandindo grupos emergentes de maior competência, que necessitassem de apoio institucional (BRASIL, 2011).

Neste sentido, algumas ações sugeridas também ganham destaque nesta análise, como: Implementar as ações previstas na Lei n. 10.973, de 02/12/2004, que regulamenta incentivos fiscais para os projetos de inovação; Dotar a Capes e o CNPq de recursos para financiar as taxas acadêmicas dos alunos bolsistas e não-bolsistas; Buscar, junto aos governos estaduais, o cumprimento das determinações constitucionais com relação às Fundações de Apoio à Pesquisa (FAPs). (BRASIL, 2011)

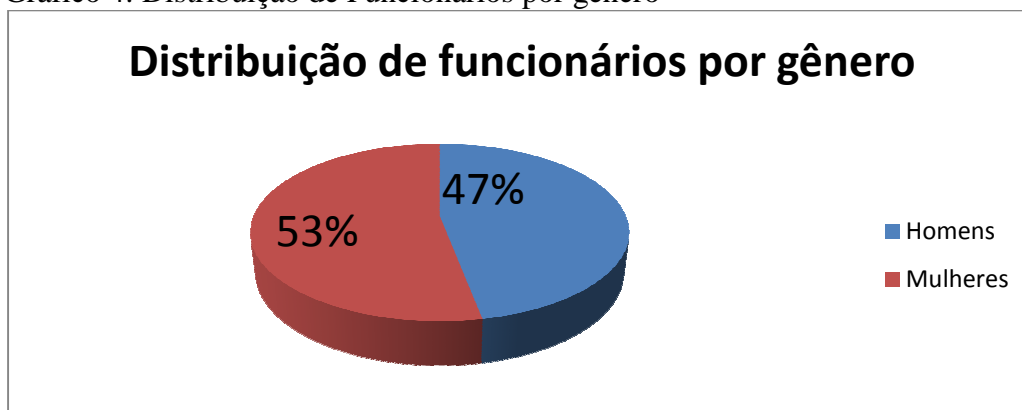
Tabela 4: Nível de formação dos professores da Unisul

Nível de Instrução	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Ens. Médio	-	7	3	2	3	2
Graduação	210	180	165	188	157	176
Especialização	561	490	508	554	503	584
Mestrado	542	589	580	575	591	585
Doutorado	190	203	195	203	199	194
PhD	4	4	4	4	3	3

Fonte: Fundação Unisul/SecEx. Relatório Anual de Atividades, Unisul 2000-2010.

O corpo docente é composto por 1.544 professores, divididos por níveis de ensino. Podemos constatar que 197 são doutores, 585 são mestres, 584 especialistas, 176 possuem nível superior completo e 2 possuem ensino médio. A composição de professores mestres e especialistas expressa a realidade da instituição.

Gráfico 4: Distribuição de Funcionários por gênero



Fonte: Fundação Unisul/SecEx. Relatório Anual de Atividades, Unisul 2000-2010.

Quanto aos funcionários, a Unisul apresenta um quadro com a seguinte distribuição: funcionários de tempo integral, parcial e horista, os quais somam um total de 2.424 profissionais. Desse total, 53% são do gênero feminino e 47% do gênero masculino, mostrando que a universidade contempla ações afirmativas para o desenvolvimento do papel da mulher na educação superior.

Tabela 5: Distribuição dos Professores da Unisul por gênero

Ano/ gênero	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Homens	48%	47%	48%	46%	47%	47%
Mulheres	52%	53%	52%	54%	53%	53%
Total %	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Fundação Unisul/SecEx. Relatório Anual de Atividades, Unisul 2000-2010.

Ao analisarmos a participação específica de professores no quadro de funcionários, percebemos que a distribuição também se coaduna com as concepções de igualdade de gênero. Contudo, quando analisamos um extrato administrativo superior, percebemos que há alteração na composição, com 66,33% do gênero masculino e 33,33% do feminino.

Considerações finais

A universidade é um espaço singular de articulação intelectual, de pesquisa, de extensão e de formação profissional e se constitui em um lócus privilegiado para, entre outros aspectos, debater, questionar e refletir sobre as problemáticas do mundo contemporâneo. Assim, compreende-se a educação como resultante de múltiplas determinações, em um contexto histórico e atual da educação, identificando, entre outras questões, as novas relações de produção e reprodução da sociedade capitalista. Dessa forma, as mudanças das relações entre o Estado e a sociedade civil, e as transformações sociais ocorridas no mundo e, em especial, na América Latina e no Brasil, impõem a necessidade de analisar as diferentes concepções presentes nos ordenamentos do campo educacional.

No contexto atual da sociedade brasileira, a universidade se reconstrói e se ressignifica como resultado de um movimento de legitimação científica. As concepções que percebemos engendradas na sociedade compactuam e refletem suas aspirações, tornando-as parte de um processo contraditório onde a própria função desta instituição contempla diferenças e semelhanças. O posicionamento da equipe Unisul, do *Programa Marco Interuniversitário para Equidade e Coesão Social nas Instituições de Ensino Superior*, compreende a universidade no seu papel indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, como instrumento de fortalecimento do *ethos* público na produção do conhecimento e de sua socialização. Fortalecemos a perspectiva de Silva Junior e Sguissardi (2005, p.17) em seu posicionamento de que “[...] toda a política relativa à universidade haverá de ser uma política de Estado, e não de governo, tendo por objetivo ordenar as relações que materializam a sociedade na direção da intensificação de seus traços de humanidade.”

Neste sentido, esse projeto de investigação tem como objetivo geral favorecer a transformação estrutural das instituições através da intervenção social pertinente às instituições universitárias para o desenvolvimento e equidade social.

Assim, a partir da análise das políticas de inserção no ensino superior fomentadas pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) destacamos o

investimento institucional. Por meio de diversos tipos de incentivos, a Unisul visa possibilitar o acesso ao ensino superior das camadas subalternizadas, ainda que esteja longe de atingir esse objetivo pela crescente demanda por esse nível de ensino.

Tal discussão concebe apontamentos e indicações para o avanço da pesquisa, dado o aumento de questionamentos gerados no primeiro passo do processo de compreensão da educação superior. Daí a pertinência da implantação desse projeto que, a partir de aspectos da particularidade, se torna fundamental para a composição de ações locais voltadas à criação de políticas públicas que possam dinamizar o acesso das minorias à educação, sem perder a noção da universalidade. Com a análise realizada pelas demais equipes da Riaipe 3, será possível ter uma compreensão mais aprofundada e consistente da concepção de universidade na percepção de equidade e coesão social.

Referências Bibliográficas:

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS (ACAFE), 2011. Disponível em: www.afe.org.br

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA BOM JESUS (Ielusc). Disponível em: www.ielusc.br

BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega; CARVALHO, Eduardo Burigo. Globalização e a Concepção de Universidade: o contexto da formação do professor. In: BASSI, Marcos Edgar; AGUIAR, Leticia Carneiro. *Políticas Públicas e Formação de Professores*. Ijuí: Editora Unijuí, 2009

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). CAPES. *Plano Nacional de Pós Graduação 2011 – 2020*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – CAPES, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo da Educação Superior 2009*.

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE (Unibave), 2011. Disponível em: www.unibave.net

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE (Unifebe), 2011. Disponível em: www.unifebe.edu.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JARAGUÁ DO SUL (Unerj), 2011. Disponível em

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SÃO JOSÉ (USJ), 2011. Disponível em: www.usj.edu.br

FUNDAÇÃO UNISUL/SecEx. Relatório Anual de Atividades, Unisul 2000-2010.

GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo, Reforma Universitária e Excelência Acadêmica. In SADER, Emir. *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americano*. São Paulo: Expressão Popular/ Clacso, 2008.

LEHER, Roberto. Capitalismo dependiente y Educación: propuestas para la problemática universitária. In LEHER, Roberto. *Por una reforma radical de las universidades latinoamericanas*. Rosario: Homo Sapiens Eiciones, 2010.

MAGALHÃES, António M. Os modelos emergentes de regulação política e a governação do ensino superior na Europa. In TEODORO, António (org). *Coleção Ciências da Educação: Série debates e perspectivas*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2010.

MÉSZÁROS, István. *A Educação para Além do Capital*. Trad. Isa Tavares. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MANCEBO, Deise. Diversificação do ensino superior no Brasil e qualidade acadêmico-crítica. In OLIVEIRA, João Ferreira; CATANI, Afrânio Mendes; SILVA JUNIOR, João dos Reis (orgs). *Educação Superior no Brasil: tempos de internacionalização*. São Paulo: Xamã, 2010

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. 3ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SGUISSARDI, Valdemar. *A Universidade Brasileira no século XXI: Desafios do presente*. São Paulo: Cortez, 2009

SILVA JUNIOR; João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. A nova lei da educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/ mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 5-27, 2005

TEODORO, António. **Globalização e Educação**: Políticas Educacionais e novos modos de governação. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA REGIONAL DE CHAPECÓ (Unochapecó), 2011. Disponível em: www.unochapeco.edu.br

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE (Univille), 2011. Disponível em: www.univille.edu.br

UNIVERSIDADE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ (Unidavi), 2011. Disponível em: www.unidavi.edu.br

UNIVERSIDADE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE (Uniarp), 2011. Disponível em: www.uniarp.edu.br

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO (UnC), 2011. Disponível em: www.unc.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Udesc), 2011. Disponível em: www.udesc.br

UNIVERSIDADE DO EXTREMO-SUL CATARINENSE (Unesc), 2011. Disponível em: www.unesc.net

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA (Unoesc), 2011. Disponível em: www.unoesc.edu.br

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE (Uniplac), 2011. Disponível em: www.uniplac.net

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA (Unisul). Resolução CÂM-GES n. 24 de 10 de dezembro de 2004.

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA (Unisul), 2011. Disponível em: www.unisul.br

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ (Univali), 2011. Disponível em: www.univali.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC), 2011. Disponível em: www.ufsc.br

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (FURB), 2011. Disponível em: www.furb.br